

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 3.388, DE 2.000

Dispõe sobre as tarifas de serviços bancários, sobre a cobrança pela renovação do contrato de cheque especial e dá outras providências.

Autor: Deputado Erípedes Miranda

Relator: Deputado Salatiel Carvalho

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.338, de 2000, de autoria do nobre Deputado Erípedes Miranda, propõe que sejam fixados, pelo Conselho Monetário Nacional, no prazo de noventa dias e de forma discriminada, os serviços bancários a serem oferecidos gratuita e obrigatoriamente aos usuários, bem como aqueles a serem prestados mediante remuneração.

No caso dos serviços pagos, deverá ser fixado, para cada tipo de serviço, um preço de referência a ser cobrado pelas instituições financeiras.

Determina, também, que a taxa cobrada pela renovação de contrato de cheque especial possa ser cobrada somente

uma vez no período de doze meses.

Estabelece, ainda, que os bancos serão obrigados a fornecer, gratuitamente, um talonário de cheques de vinte folhas a cada período de trinta dias, desde que não haja restrições cadastrais ao cliente.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

As instituições financeiras têm obtido, ao longo dos anos, em períodos de inflação alta ou controlada, lucros suficientes para deixar sempre a mostra os dentes seus proprietários e dirigentes, isto é, estas pessoas normalmente riem a toa.

O mesmo não podemos falar dos milhões de usuários que, devido a estrutura socio-econômica da sociedade atual, são obrigados a utilizar os serviços, sob certa ótica de natureza pública, praticados por bancos e instituições financeiras em geral.

Não podemos esquecer, também, que quando uma destas instituições têm qualquer problema ocorre uma das seguintes situações ou as duas em conjunto: 1) o governo federal se apressa em elaborar programas e fórmulas para "socorrer o doente", normalmente utilizando recursos públicos e a retórica de que é o melhor para a sociedade que o sistema financeiro não seja abalado ou a economia prejudicada; 2) os donos das instituições e seus dirigentes arranjam artifícios contábeis ou fraudam descaradamente suas próprias

instituições, com prejuízos claros aos usuários, e somem do país ou aqui ficam respondendo a intermináveis e duradouros processos judiciais, enquanto seus usuários "pagam o pato".

Então, alegar que os bancos não podem sobreviver sem cobrar as abusivas taxas que muitos vêm praticando é, no mínimo, uma ofensa a inteligência de qualquer de nós que saiba contar e avaliar o quanto de lucro é justo para a atividade que exercem e a qualidade dos serviços que oferecem ao público em geral.

Acreditamos que o Governo Federal deveria estar mais atento a população que governa e que o elegeu, tratando com mais cuidado dos interesses de seus "súditos". Isto porque, ao nosso ver, a matéria sob comento poderia ser resolvida, sem necessidade de lei, por resolução dos órgãos específicos que tratam do sistema financeiro e são subordinados ao Executivo.

Diante do exposto, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.388, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Salatiel Carvalho
Relator